

ENTRE O CAPITAL E A VIDA: ANÁLISE TEXTUAL-IDEOLÓGICA EM CONTEXTO PANDÊMICO NO BRASIL

Ivonildo da Silva REIS

Universidade Estadual do Ceará

Dina Maria Machado Andréa MARTINS FERREIRA

Universidade Estadual do Ceará

Resumo: Em 4 de Março de 2021, o presidente da República brasileira, Jair Messias Bolsonaro, em notícia veiculada pelo portal de notícias *G1.com*, ao criticar medidas restritivas de circulação de pessoas em meio à pandemia de COVID-19, pronunciou: “Chega de frescura, de ‘mimimi’. Vão ficar chorando até quando?” (MARTINS, 2021). Tendo esse enunciado como material de análise, este artigo adota um percurso teórico-metodológico baseado na Análise do Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001) e sua relação com a Linguística Sistemico-Funcional (HALLIDAY, 2004), no que tange à metafunção ideacional, com o objetivo de compreender como tal enunciado contextualiza a ideologia capitalista, colocando a vida humana subordinada à produção econômica, aquilo que Mbembe (2018) classifica como necropolítica. Compreendemos que a construção da realidade social por meio do texto oral do presidente, enquanto materialidade discursiva, recria operações e estratégias ideológicas (THOMPSON, 2011) que sustentam o poder (FOUCAULT, 1979).

Palavras-chave: Pandemia. Poder. Transitividade. Metafunção ideacional.

BETWEEN CAPITAL AND LIFE:

TEXTUAL-DISCURSIVE ANALYSIS IN A PANDEMIC CONTEXT IN BRAZIL

Abstract: On March 4, 2021, the President of the Brazilian Republic, Jair Messias Bolsonaro, in a news published by the news portal *G1.com*, criticizing restrictive measures for the movement of people in the midst of the COVID-19 pandemic, said: “No more freshness, “from mimimi”. How long will they be crying?” (MARTINS, 2021). Having this statement as material for analysis, this article adopts a theoretical-methodological path based on Critical Discourse Analysis (FAIRCLOUGH, 2001) and its relationship with Systemic-Functional Linguistics (HALLIDAY, 2004), regarding the ideational metafunction, with the objective of understanding how such a statement contextualizes the capitalist ideology, placing human life as subordinate to economic production, what Mbembe (2018) classifies as necropolitics. We understand that the construction of social reality through the president's oral text, as discursive materiality, recreates the ideological operations and strategies (THOMPSON, 2011) that sustain power (FOUCAULT, 1979).

Keywords: Pandemic. Power. Transitivity. Ideational metafunction

ENTRE EL CAPITAL Y LA VIDA: ANÁLISIS TEXTUAL- IDEOLÓGICO EN UN CONTEXTO DE PANDEMIA EN BRASIL

Resumén: El 4 de marzo de 2021, el presidente de la República Brasileña, Jair Messias Bolsonaro, en un artículo publicado por el portal de noticias G1.com, al criticar las medidas restrictivas para el movimiento de personas en medio de la pandemia del COVID-19, pronunció: “Basta de frescura, de “mimimi”. ¿Cuánto tiempo vas a llorar?” (MARTINS, 2021). Teniendo esta afirmación como material de análisis, este artículo adopta un enfoque teórico-metodológico basado en el Análisis Crítico del Discurso (FAIRCLOUGH, 2001) y su relación con la Lingüística Sistémico-Funcional (HALLIDAY, 2004), en lo que se refiere a la metafunción ideacional, con el objetivo de comprender cómo tal enunciado contextualiza la ideología capitalista, subordinando la vida humana a la producción económica, lo que Mbembe (2018) cataloga como necropolítica. Entendemos que la construcción de la realidad social a través del texto oral del presidente, como materialidad discursiva, recrea operaciones y estrategias ideológicas (THOMPSON, 2011) que sustentan el poder (FOUCAULT, 1979).

Palabras clave: Pandemia. Poder. Transitividad. Metafunción ideacional.

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte da concepção de que a linguagem é uma prática social, portanto compreensível como processo que se realiza na interação humana. O estatuto interativo da linguagem se traduz na relação entre sociedade e discurso, concepção essa advinda da Análise do Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001), percurso teórico-metodológico por nós aqui adotado para analisar a fala do presidente da República brasileira, Jair Messias Bolsonaro, em notícia de 4 de Março de 2021, no portal de notícias G1.com, com a manchete: “Chega de frescura, de “mimimi”. Vão ficar chorando até quando?’, diz Bolsonaro ao criticar medidas de restrição em meio a recorde de mortes por Covid-19” (MARTINS, 2021, grifo do original).

Entendemos que, por meio desse discurso, o político contextualiza arranjos simbólicos da ideologia capitalista, a qual está diretamente ligada à manutenção da hegemonia político-econômica, transformando a vida em produto de troca. Para tanto, vale-se das operações ideológicas de fragmentação e unificação e suas estratégias respectivas de diferenciação dos sujeitos e simbolização da unidade (THOMPSON, 2011).

Temos assim uma análise que se pauta pelo uso da língua, instanciada em contexto sócio-histórico, e que se constrói por meio de sua funcionalidade (HALLIDAY, 2004) para a reiteração do poder (FOUCAULT, 1979), o qual determina politicamente como as pessoas vivem e como, a seu serviço, podem morrer (MBEMBE, 2018).

1 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: IDEOLOGIA E HEGEMONIA

A Análise do Discurso Crítica (doravante ADC) implica estudar o texto não mais apenas na perspectiva de apreender dele os seus elementos formais, mas sim como a materialidade de uma prática discursiva, a qual envolve fatores ideológicos a serviço da manutenção ou transformação das estruturas sociais. Em sentido amplo, a ADC refere-se “a um conjunto de abordagens científicas interdisciplinares para estudos críticos da linguagem como prática social” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 12). Vemos nela principalmente uma perspectiva teórico-metodológica com fortes influências da Linguística e das Ciências Sociais.

O discurso presidencial, aqui analisado, veiculado por um jornal *on line* segue o caminho das pesquisas em ADC que “se voltam especificamente para os discursos institucional, *político*, de gênero social, e da *mídia* (no sentido mais amplo), que materializam relações mais ou menos explícitas de luta e conflito” (WODAK, 2004, p. 224, grifos acrescentados).

Contrapondo-se à distinção entre língua e fala, sistema fechado e prática linguística, respectivamente, a ADC nega os pressupostos estruturalistas de Saussure (2006)¹, os quais, por uma adesão do autor ao logicismo cartesiano, reduzem a análise da linguagem a uma análise da língua (*langue*), sistema que se baseia na representação de um significado (imagem psíquica) por um significante (som e imagem) – signo linguístico – e despreza a fala (*parole*), heterogênea e socialmente multifacetada.

Voltada para a relação linguagem-sociedade, a ADC volta-se para a análise da ideologia em sua concepção crítica, neste trabalho analisada a partir das estratégias sugeridas por Thompson (2011). Segundo o autor,

Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é sentido a serviço do poder. Consequentemente, o estudo da ideologia exige que investiguemos as maneiras como o sentido é construído e usado pelas formas simbólicas de vários tipos, desde as falas linguísticas cotidianas até às imagens e aos textos complexos. Ele exige que investiguemos os contextos sociais dentro dos quais essas formas simbólicas são empregadas e articuladas. Ele requer que perguntemos se – e, se este for o caso, como – o sentido é mobilizado pelas formas

¹ *O Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure, foi publicado em 1916 e é considerado o marco inicial da Linguística.

simbólicas em contextos específicos, para estabelecer e sustentar relações de dominação. (THOMPSON, 2011, p. 16)

A teoria social defendida pelo pesquisador estabelece assim que os arranjos simbólicos, sempre em relação ao contexto social de seus empregos, podem ser ideológicos, ou seja, estarem politicamente a serviço da naturalização do poder.

Fairclough (2001) reitera essa visão sobre ideologia, pois a compreende como construções da realidade a partir de práticas discursivas que envolvem o uso de símbolos, as quais se prestam à reprodução ou mudança das relações de dominação/subordinação. O estudioso ainda acrescenta que as ideologias são tanto mais eficazes quando naturalizadas, fazendo parte do senso comum, quase imperceptíveis na organização social.

Nascida a partir dos estudos de Linguística Crítica, na segunda metade do século XX, a ADC está alicerçada numa concepção funcionalista da linguagem, em que o sistema linguístico não está isolado do seu contexto social e se pauta por alguns princípios, tendo por base as seguintes noções de Foucault (1979) sobre discurso e sociedade:

- a) o discurso é o elemento constitutivo do social, dos objetos e dos sujeitos;
- b) toda prática discursiva tem como base a interdiscursividade e a intertextualidade;
- c) as práticas de poder humano são discursivas;
- d) as lutas por poder se verificam tanto no discurso como em seus elementos;
- e) as práticas discursivas, ao se modificarem, podem contribuir para a mudança da sociedade.

Fairclough (2001), a partir de tais considerações, defende que há uma relação dialética entre discurso e estrutura social. Dessa maneira, devemos entender aquele como uma prática social, “e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. [...] um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90-91).

A proposta metodológica defendida pelo estudioso britânico em sua Teoria Social do Discurso leva em conta três aspectos:

- a) o texto, em que elementos tais como vocabulário, aspectos gramaticais, coesão e estrutura buscam construir significados. Ao procedermos à análise textual, devemos entender que na constituição do signo linguístico existe uma relação

motivada entre o significante e o significado, sendo essa motivação de origem social. Para a ADC, as relações de poder e as ideologias que o sustentam influenciam a construção do texto. A escolha vocabular, por exemplo, pode ser analisada por esse ângulo. O processo histórico brasileiro em que os portugueses aqui chegaram é descrito em certos textos como “conquista”, ao passo que em outros, como “invasão”. Assim colocada a questão, percebemos o posicionamento de cada enunciador e a construção dos sentidos discursivos. Também corroboramos o pensamento de que os textos são tanto “produtos de um processo quanto um processo em si, já que seu surgimento pressupõe uma dinâmica própria de um evento complexo que se relaciona ao tempo, à estrutura social e à ideologia” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 42);

b) a prática discursiva, com três processos interligados: produção, distribuição e consumo. Segundo Fairclough (2001, p. 107), quanto à produção, “os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos”. A distribuição, a qual pode ocorrer de forma simples ou complexa, corresponde à forma como os textos chegam aos leitores. Já a análise do consumo dos textos, demanda atentar-se para as diferentes maneiras pelas quais o sujeito pratica a leitura (a forma de se ler um trecho bíblico é diferente de como se lê uma receita de bolo, por exemplo). Um outro aspecto importante a ser considerado é que, através das práticas discursivas, as instituições sociais se formam e se mantêm, usando para isso, muitas vezes, os textos próprios de seu universo discursivo; e

c) a prática social, dimensão que se liga aos conceitos de ideologia e poder. Segundo o autor, através do discurso, materializado em textos, grupos sociais tentam manter ou contestar as relações de poder em nossa sociedade, reconstruindo ideologias. Nesse sentido, “a construção das identidades sociais, das versões da realidade, das visões de mundo e a produção do consenso social e político são operadas pela intervenção da ideologia” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 45-46)

Tendo o discurso como elemento gerador de nossa análise, é preciso que o entendamos como uma prática geradora de significado. A contribuição do discurso para a significação do mundo tem como efeitos “a construção do que variavelmente é referido como identidades sociais para construir as relações sociais entre as pessoas e também

para a construção de sistemas de conhecimentos e crenças” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Essa concepção de discurso relaciona-se ao entendimento de que “Não há como isolar [...] aquilo que ele pensa sobre o sujeito e o que afirma sobre relações de poder” (FISCHER, 2013, p. 126).

Segundo Ramalho e Resende (2011), a mudança de sentido pode denotar a reiteração da ideologia ou sua contestação. Tome-se como exemplo o termo *menor*. Essa palavra era usada até bem pouco tempo como um hiperônimo para designar crianças e adolescentes. Atualmente, todavia, tal vocábulo é usado como sinônimo de infrator, principalmente devido ao uso que a mídia faz dele. Assim sendo,

[...] o sujeito não é livre para dizer o que quer, a própria opção do que dizer já é em si determinada pelo lugar que ocupa no interior da formação ideológica à qual está submetido, mas as imagens que o sujeito constrói ao enunciar só se constituem no próprio processo discursivo. (MUSSALIN, 2012, p. 160)

Ao colocarmos o discurso como uma prática exercida na sociedade, devemos entender que ele é constitutivo das ideologias, vistas não apenas como um conjunto de pensamentos, mas como mobilizações simbólicas (constituídas concretamente na linguagem) relacionadas ao exercício do poder, realizadas:

em circunstanciais sócio-históricas particulares, por indivíduos específicos providos de certos recursos e possuidores de diferentes graus de poder e autoridade; e estes fenômenos significativos, uma vez produzidos ou realizados, circulam, são recebidos, percebidos e interpretados por outros indivíduos situados em circunstanciais sócio-históricas particulares, utilizando determinados recursos para captar o sentido dos fenômenos em questão. (THOMPSON, 2011, p. 180)

Nesse sentido, os sujeitos não são autônomos nem das práticas simbólicas, aqui compreendidas como textos, tampouco das relações sociais que se constroem a partir destes. Mover-se nas complexas engrenagens de poder e (in)subordinação implica compreender como estas são (re)instauradas pelos discursos, ou seja, “buscar, nas coisas ditas, aquilo que estaria por trás, aquilo que maquiavelmente ou não teria sido deturpado, manipulado ou distorcido” (FISCHER, 2013, p. 127).

A prática discursiva propaga ideologias, as quais “têm existência material, ou seja, devem ser estudadas não como ideias, mas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção.” (MUSSALIN, 2012, p. 115). Nesse

sentido, os injustos estamentos sociais mantidos pelo caráter ideológico dos recursos simbólicos são visíveis em vários aspectos da realidade, tais como a defesa do capital em detrimento da saúde dos trabalhadores.

A materialidade das ideologias dá-se pelos discursos, sendo a hegemonia “o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes dominantes, domínio nunca total e definitivo, senão parcial e temporário” (PAIVA; MOREIRA; OLIVEIRA, 2015, p. 73). Isso porque há outros discursos que contestam esse estado hegemônico, constantemente reificado por estratégias ideológicas. O discurso hegemônico ocorre em diversos domínios, como a economia, a política, a cultura e

é foco de constante luta sobre pontos de maior estabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122)

Como se vê, as diversas formas de poder são construídas por forças que, muitas vezes, aliam-se, uma mantendo a outra, como a política e a economia, as quais, pelas ideologias, são reiteradas ou contestadas em diversos campos de prática social.

Para que consigamos perceber a ideologia nos eventos comunicativos, é preciso localizá-la tanto nas “estruturas (isto é, ordens de discurso) que constituem o resultado de eventos passados [como nas] condições para os eventos atuais e nos próprios eventos quando reproduzem e transformam as estruturas condicionadoras” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 119). Ou seja, devem ser analisadas as estruturas e condições de produção do texto, bem como se deve entender que “os aspectos formais dos textos em vários níveis podem ser investidos ideologicamente” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 119).

Acreditamos que o poder, constituído por recursos ideológicos do discurso capitalista, mobiliza estruturas políticas, dando a aparência de Estado unificado. Tal unificação, na verdade, age em função dos interesses da classe dominante. Assim, a ordem da vida circunscrita ao trabalho torna-se discurso controlador das atitudes sociais em função do lucro. Dessa forma, “precisamos examinar em detalhes como o acesso ao discurso está sendo regulado por aqueles que estão no poder” (VAN DIJK, 2008, p. 19), de modo a verificar, como, através daquele, este se mantém.

2 LINGUAGEM E FUNÇÃO SOCIAL

Os estudos da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 2004) servem de suporte para as concepções desenvolvidas pela ADC. Enquanto teorias funcionalistas dos estudos da língua, ambas abordam “a linguagem como um sistema aberto, atentando para uma visão dialética [em que os textos não são concebidos apenas] como estruturados no sistema, mas também potencialmente inovadores no sistema” (RAMALHO; RESENDE, 2006, p. 56).

A concepção de discurso como “elemento socialmente constitutivo” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91) tem uma forte herança das metafunções definidas por Halliday (2004) no que concerne à gramática como forma de organização do texto. Assim, podemos compreender, nestes termos, que, para ambos os autores, a linguagem apresenta as funções: ideacional, relacionada aos processos representativos do mundo; interpessoal, ligada aos aspectos interacionais dos sujeitos envolvidos nas práticas sociais; e textual, responsável pela coerência.

A metafunção ideacional representa os estados do mundo e como esses são vivenciados pelos sujeitos; trata-se, portanto, das experiências humanas e de suas representações do mundo interior e exterior (FUZER; CABRAL, 2014). Segundo Ramalho; Resende (2006, p. 57), a função ideacional é “um modo de refletir a realidade na língua: os enunciados remetem a eventos, ações, estados e outros processos da atividade humana através da relação simbólica”.

A metafunção interpessoal “trata dos usos da língua para expressar relações sociais e pessoais” (RAMALHO; REZENDE, 2006, p. 57). Assim está ligada à interação entre os atores do processo comunicativo. Temos a relação entre o produtor do texto, os objetos representados e o espectador. Por conseguinte, relaciona-se à identificação do interlocutor e, por isso, revela julgamentos de ordem social, como a função que os sujeitos desempenham ou deveriam desempenhar.

Já a metafunção textual diz respeito às estruturas semânticas, sintáticas e gramaticais a serem analisadas e está ligada ao modo como os elementos sintático-semânticos se relacionam a aspectos extralinguísticos, de modo a produzir sentidos. O texto, sob essa visão, engloba estruturas capazes de criar e representar relações sociais e identidades, além de crenças, todas percebidas pelo viés crítico como fundamentais para o estudo da linguagem enquanto espaço de lutas.

Assim sendo, essas metafunções simultaneamente funcionam nos elementos verbais, tidos como símbolos (Thompson, 2011) e usados como instrumentos materiais de reprodução de ideologias, mantenedoras das relações de poder e da consequente exclusão de sujeitos.

3 ANÁLISE TEXTUAL-IDEOLÓGICA

Para Halliday (2004), o texto, compreendido como toda e qualquer manifestação de comunicação humana, é a unidade de análise, não apenas como sistema gramatical fechado, à guisa do pensamento estruturalista, mas também como um processo de escolhas realizadas pelo usuário, dentro das inúmeras possibilidades linguageiras, para atingir seus objetivos.

A Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO) proposta por Fairclough (2001) “articula uma concepção própria de ideologia, adequada ao objetivo de examinar textos em termos de seus efeitos sobre relações de poder” (PEIXOTO; FERREIRA, 2018, p. 2879). Assim, a realidade social é relacionada às estruturas textuais, cuja constituição é ideologicamente motivada.

Ainda segundo Fairclough (2001, p. 62), “enquanto a análise de textos de linguagem falada ou escrita é a parte central da ADTO, ela não é uma parte do discurso de Foucault”. Assim, Foucault (1979) não se detém na análise linguística propriamente dita, lacuna que o primeiro autor pretende preencher com a dimensão textual da ADC.

À prática textual, que toma seu objeto como arranjos simbólicos usados na interação e em contextos sócio-históricos específicos para a constituição de ideologias, somam-se contingentemente práticas sociais/discursivas, segundo os pressupostos da ADC. Os arranjos textuais, enquanto símbolos, não são ideológicos por si mesmos, podendo ser assim compreendidos apenas quando a serviço do estabelecimento ou como sustentáculo de relações de poder. Portanto, para uma análise que relacione texto e ideologia, faz-se mister entender que esta

é uma questão que deve ser respondida somente pelo exame dos contextos específicos dentro dos quais as formas simbólicas são produzidas e recebidas, somente através do exame dos mecanismos específicos através dos quais elas são transmitidas dos produtores para os receptores, e somente através do exame de sentido que essas formas simbólicas possuem para os sujeitos que as produzem e as recebem. (THOMPSON, 2011, p. 89).

As operações ideológicas definidas por Thompson (2011) são de cinco ordens, a saber: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Cada uma opera através de estratégias, as quais se formam por arranjos simbólicos. Nossas categorias analíticas são, portanto, “formas e significados textuais associados a maneiras particulares de representar, de (inter)agir e de identificar(-se) em práticas sociais situadas. Por meio delas, podemos analisar conexões entre o discursivo e o não discursivo, tendo em vista seus efeitos sociais” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 112-113).

Fairclough (2001, p. 103) diz-nos que “a análise textual pode ser organizada em quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual”, os quais devem ser vistos de forma ascendente. Assim, o percurso analítico se faz por palavras individuais, depois combinadas em frases e orações e estas ligadas, por estratégias coesivas, a estruturas maiores.

Nossa análise envolve os aspectos gramaticais de tema (sujeito expresso ou oracional) e verbo, elementos que se relacionam à metafunção ideacional aqui vista

[...] como o recurso léxico-gramatical geral para representar ações e atividades, construídas na gramática como configurações de processos, dos participantes neles envolvidos e das circunstâncias que os enquadram e constroem. Em termos gerais, a transitividade constitui-se como o recurso linguístico que dá conta de “quem fez o quê a quem em que circunstâncias”. (GOUVEIA, 2009, p. 30, grifo do original).

Tais fatores organizacionais da gramática são aqui relacionados a operações e a estratégias ideológicas (THOMPSON, 2011), verificando assim como tais relações se prestam a (re)estabelecer estruturas sociais desiguais e excludentes. Focamos, assim, na seguinte construção: “Vocês não ficaram em casa. Não se acovardaram. Temos que enfrentar os nossos problemas. Chega de frescura, de ‘mimimi’. Vão ficar chorando até quando?” (MARTINS, 2021, grifo do original).

Como elemento constitutivo da metafunção representacional, “age o sistema de transitividade, que constrói o mundo da experiência em um conjunto gerenciável de tipos de processos, sendo que cada tipo de processo fornece maneiras de interpretar nossas representações de mundo” (RAMPEL, 2017, p. 16).

A perspectiva adotada por Halliday (2004) considera, no sistema da transitividade, o verbo como “elemento central da configuração, indicando a experiência do desdobramento através do tempo” (RAMPEL, 2017, p. 18), levando em conta também os participantes e circunstâncias da oração.

Segundo Fuzer e Cabral (2014), os processos oracionais são classificados como materiais, mentais, relacionais, comportamentais, verbais e existenciais. Na presente análise, entendemos que tanto os verbos quanto os grupos verbais da elocução constituem apelos para manutenção ou mudança de atitudes dos interactantes, o que nos leva a entender os processos dessas orações como comportamentais.

De acordo com Thompson (2011), a análise deve se amparar na interpretação do contexto sócio-histórico em que as formas simbólicas circulam e que também, a nosso ver, constituem-no. Cabe-nos ressaltar alguns elementos citados na própria notícia e que nos auxiliam a compreender tal contexto.

Bolsonaro profere tal discurso (MARTINS, 2021) por ocasião da inauguração de um trecho de uma ferrovia, no estado de Goiás, portanto, sua fala se volta imediatamente para pessoas envolvidas nessa empreitada econômica, mas, devido ao cargo que ocupa, à presença de meios de comunicação e à pandemia de COVID-19 que se coloca como ponto de discórdia levantada por ele em relação à adoção de medidas de isolamento social, podemos considerar que o político fala para todos os brasileiros e brasileiras. Dessa forma, temos:

a) o pronome “Vocês” colocado como tema/sujeito, ou seja, elemento mais importante, refere-se aos indivíduos cuja ação — “não ficaram em casa” — relaciona-se ao bem do país. O enunciador cria uma identidade corajosa do interactante que o distingue dos demais, para, dessa forma, recriminar a atitude diversa das outras pessoas. Essa estratégia é utilizada para que os sujeitos se sintam impelidos a cumprir a função que lhes é designada no sistema econômico;

b) Em contraponto a esses seres, temos aqueles cujas atitudes são reprováveis. Tal reprovação é construída pelo verbo no imperativo “Chega”. Embora o sujeito oracional esteja na 2ª pessoa do singular, a ação — ou melhor, o abandono desta “frescura e mimimi”, símbolos de lamentação e suposta inércia — deve ser executada por todos os que não pertencem ao primeiro grupo;

c) Em “Vão ficar chorando até quando?”, temos um sujeito também implícito de 3ª pessoa, mas com função interpelativa, pois a resposta deve ser dada pelos interlocutores através da adesão desses à ação executada pelo grupo cuja atitude é salientada no início da fala analisada. O desprezo pelo choro chega a

ser cruel diante das milhares de vítimas da pandemia no Brasil, lembrando o luto e dor dos familiares que tiveram seus entes mortos. Usar tal desvalorização da vida em função da manutenção do Estado político-econômico faz parte “da instrumentalização generalizada da existência humana” (MBEMBE, 2016, p. 125) e constitui uma

das formas de soberania (que) estão longe de ser um pedaço de insanidade prodigiosa ou uma expressão de alguma ruptura entre os impulsos e interesses do corpo e da mente. De fato, tais como os campos da morte, são elas que constituem o *nomos* do espaço político em que ainda vivemos. (MBEMBE, 2016, p. 125, grifo do original)

As formas verbais utilizadas e os participantes das orações compõem processos transitivos comportamentais (FUZER; CABRAL, 2014), os quais estão a serviço de influenciar as atitudes dos ouvintes de modo a impeli-los ao trabalho e, portanto, à função a eles designada pelo sistema econômico defendido pelo enunciador.

Pelo arranjo simbólico utilizado, podemos perceber a operação ideológica da fragmentação, a qual é usada para dividir os indivíduos em grupos, de modo que um serve ao poder e o outro é ameaça a ele. A operação simbólica, ligada à fragmentação e à estratégia da diferenciação, tem por objetivo desunir a sociedade, impedindo que o comportamento de alguns se constitua como potencial destruidor do poderio (THOMPSON, 2011).

O presidente divide, salientando aspectos positivos e negativos dos indivíduos, com o objetivo de que estes últimos adiram à prática por ele defendida, ou seja, primeiramente cria a cisão para depois tentar unificar em torno do ideal de um Estado, aqui simbolizado pelo uso dos verbo e pronome em primeira pessoa do plural: “Temos” que enfrentar os “nossos” medos. Segundo Thompson (2011), tal modo, a unificação, consiste no uso dos símbolos para construir uma identidade coletiva, a ser executada pela estratégia de simbolização da unidade.

Vemos assim que os modos de construção ideológica nem “sempre operam independentemente um do outro; ao contrário, esses modos podem sobrepor-se e reforçar-se mutuamente (THOMPSON, 2011, p. 81).

Pela vigilância e controle do discurso, Bolsonaro utiliza a fragmentação como um instrumento classificatório “que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo” (FOUCAULT, 1979, p. 98). Dessa

forma, o poder se revela disciplinador da vida, capilarizando seus efeitos na vida dos sujeitos.

A enunciação do presidente usada no contexto pandêmico brasileiro em 2020 está intimamente relacionada à ideologia capitalista, segundo a qual

todo e qualquer artefato é um produto para ser trocado. É a lógica da troca que determina o comportamento dos agentes no mercado, e não quaisquer outras motivações como valores, crenças religiosas ou determinações culturais. Não se pretende com isso dizer que não haja valores e crenças, mas sim que, no mercado, eles devem se subordinar à lógica da troca mercantil. (NOBRE, p. 25)

Bolsonaro realiza uma reconstrução discursiva que se insere nos processos de globalização capitalista, a qual “tem levado à crescente difusão de uma lógica de mercado, para a qual a dignidade, a segurança e mesmo a sobrevivência do ser humano deixaram de ser o valor central” (SANTOS; MENESES, p. 15, 2010).

“Não ficar em casa” significa não seguir as recomendações sanitárias de isolamento social, colocando sua força de trabalho a serviço da produtividade capitalista. Assim percebemos que essa diferenciação “se torna completa no contexto biopolítico pós-moderno, quando a sociedade é subsumida [ao] capital, isto é, quando as relações de soberania e de capital se tornam passíveis de sobreposição e a exploração se desloca diretamente para o social.” (ANDREOTTI, 2005, p. 372).

Levando-se em conta ainda dados que constam na própria notícia, em que o Brasil ultrapassava, no dia 4 de março de 2021, mais de 260 mil mortes, sendo registrados 1.786 óbitos nessa data e 1.840 no dia anterior, por conta da pandemia de COVID-19, podemos perceber que o valor da vida atrelado à manutenção do poder econômico representado pela soberania estatal expressa metalinguisticamente pela fala de Jair Bolsonaro, remete-nos à *práxis* da necropolítica em que “ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação do poder” (MBEMBE, 2018, p. 5).

Sob essa ótica, colocar a vida (não parar diante do perigo) à disposição da manutenção do poder econômico é uma ação necessária. Bolsonaro garante assim que “é papel preponderante do Estado assegurar o fluxo e o refluxo da força de trabalho para o mercado, atendendo às necessidades do capital privado e da lógica da acumulação.” (FREITAG, 1986, p. 127). Tal movimento não deixa de ser contraditório, pois sem a força do trabalho, não há produção e lucro, elementos fundamentais de um

sistema capitalista. É o que apontamos em “o Estado capitalista moderno se emaranha em contradições cada vez mais graves, que podem vir a ameaçar a sobrevivência do próprio sistema” (FREITAG, 1986, p. 127).

A fragmentação, como estratégia ideológica, é “a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos” (FOUCAULT, 1979, p. 131). Com efeito, as mortes presenciadas no Brasil em contexto pandêmico² materializam os efeitos discursivos de uma ideologia cuja vida possui menor valor que os interesses econômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso percurso teórico-metodológico, formado a partir dos pressupostos da Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001), da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 2004) e do enquadramento crítico da ideologia em Thompson (2011), verificou a relação constitutiva entre discurso e sociedade a partir da análise do aspecto textual de transitividade em seu processo comportamental, relacionando-o às operações ideológicas da fragmentação e unificação e respectivas estratégias de diferenciação e simbolização da unidade. Assim, separam-se os sujeitos por sua importância para os modos de produção capitalista, destacando as atitudes que são símbolos da unidade de um país cuja função é primordialmente manter o lucro.

Tal análise textual-ideológica enfocou a enunciação do presidente da República brasileira, Jair Messias Bolsonaro, no contexto da pandemia de COVID-19, verificando que ela se presta a (re)estabelecer a ideologia capitalista neoliberal, em seu aspecto necropolítico, já que a vida humana é reduzida ao trabalho, ou seja, subordinada ao aspecto econômico, o qual é sustentáculo do poder político.

Para tanto, o ocupante da cadeira presidencial fragmenta a sociedade, diferenciando os sujeitos quanto a sua função dentro desse contexto sócio-histórico, no intuito de incentivá-los a não adotarem a medida preventiva de isolamento social e continuarem a desempenhar o seu papel de trabalho dentro do cenário econômico.

² De acordo com os últimos dados, o Brasil contabilizava, até outubro de 2021, 605,6 mil mortes relacionadas à COVID-19. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2021/10/24/brasil-tem-6056-mil-mortos-por-covid-media-movel-de-casos-completa-15-dias-em-tendencia-de-queda.ghtml>. Acesso em: 24 out. 2021.

Compreendemos, dessa forma, que os recursos linguísticos, enquanto símbolos usados ideologicamente, prestam-se à manutenção do poder, colocando em situação de marginalidade aqueles cujas *práxis* não se adéquam a esse discurso, compreensível apenas pela concepção de linguagem como processo interativo humano.

REFERÊNCIAS

ANDREOTTI, L. R, Bruno. A desmaterialização do imperialismo: o conceito de Império de Antonio Negri. **Proj. História**. n.30, São Paulo, p. 369-375, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

FISCHER, Rosa. Foucault. *In*: OLIVEIRA, Luciano. (Org.). **Estudos do discurso**. São Paulo: Parábola, p. 123-151, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREITAG, Barbara. **A teoria crítica: ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FUZER, Cristina; CABRAL, Sara. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado das Letras, 2014.

GOUVEIA, Carlos. Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. **Matraga**. Rio de Janeiro, n. 24, p. 13-47, jan./jun. 2009.

HALLIDAY, Michael.; MATTHIESSEN, Christian. **An introduction to Functional Grammar**. London: Hodder Education, 2004.

MAGALHÃES, Isabel; MARTINS, Ricardo; RESENDE, Viviane. **Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MARTINS, Vanessa. 'Chega de frescura, de mimimi. Vão ficar chorando até quando?', diz Bolsonaro ao criticar medidas de restrição em meio a recorde de mortes por Covid-19. **G1.com**, Goiás, 04 de mar 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/03/04/bolsonaro-chega-a-sao-simao-para-inauguracao-de-trecho-da-ferrovia-norte-sul.ghtml>. Acesso em: 5 mai. 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1, 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufjr.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 18 nov. 2021

NOBRE, Marcos. **A teoria crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso (capítulo revisto e ampliado). *In*: MUSSALIN,

Fernanda; BENTES, Anna. (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, v. 2, p. 112-161, 2012.

PAIVA, Geórgia; MOREIRA, Hiran; OLIVEIRA, Poliane. Análise crítica do discurso negro em forma de grafite: questionando sentidos dominantes através do discurso multimodal. **Linguagem em foco**, v. 7, n. 2, p. 69-81, 2015.

PEIXOTO, Eduarda; FERREIRA, Ruberval. Texto e ideologia: a análise de discurso textualmente orientada. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 2875-2890, jan/mar. 2018.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes, 2011.

RAMPEL, Gabriela. Um estudo sobre concepções de transitividade no funcionalismo norte-americano de Hopper e Thompson e na Linguística Sistêmico Funcional. **Entretextos**, Londrina, v. 17, n. 2, jul./dez., p. 7-27, 2017. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/download/29810/23675>. Acesso em: 17 nov. 2021.

SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria. Introdução. In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, p. 9-19, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

VAN DIJK, Teun. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, v. 4, n. esp., p. 223-243, 2004. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/297/313. Acesso em: 18 jun. 2021.

Revisor de Linguagem: Ivonildo da Silva Reis

e-mail: ivonildo.reis@hotmail.com

Ivonildo da Silva REIS

Doutorando em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará. Licenciado em Letras Português-Literatura (2000) e Mestre em Letras pela UECE (2019). Especialista em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pela Faculdade Farias Brito (2007) e em Gestão da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2012). Lecionou em cursos de Pós-Graduação nas disciplinas de Linguagem Brasileira de Sinais, Educação e Direitos Humanos, Trabalho de Conclusão de Curso e Docência do Ensino Superior (PROMINAS, 2013-2018). É professor efetivo da SEDUC-CE desde

2004, atualmente exercendo a função de Coordenador Escolar na Escola de Ensino Médio Liceu Estadual Alfredo Almeida Machado. E-mail: ivonildo.reis@hotmail.com. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/3382798874683314>. Orcid ID: [0000-0002-9179-3928](https://orcid.org/0000-0002-9179-3928).

Dina Maria Machado Andrea MARTINS FERREIRA

2º pós-doutorado, em Ciências Sociais, pela Université Paris V, Sorbonne, em co-tutoria em Estudos da Linguagem, pelo IEL, Unicamp (2009-2010). 1º pós-doutorado em Pragmática, pelo IEL, Unicamp (2002-2003). Doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995). Mestrado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1988). Pesquisadora do Centre d'Études sur da Université Paris V, Sorbonne. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Co-coordenadora de grupo de pesquisa na UNICAMP. Parecerista ad hoc da FAPESP e do MEC. Email: dinaferreira@terra.com.br. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3056318729875145>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2585-497X>.

Recebido em: 20/fevereiro/2024.

Aceito em: 14/julho/2024.